

Estatísticas sobre Receita na América Latina



1990 - 2010

BRASIL

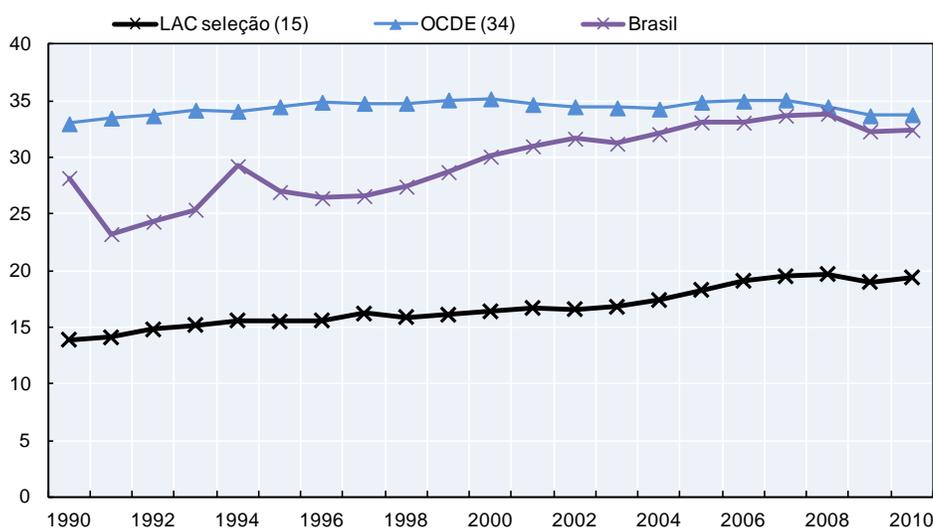
As receitas tributárias no Brasil foram robustas e aumentaram nas últimas duas décadas, mostrando a maior proporção de tributos em relação ao PIB na América Latina durante o período 1990-2009, e atingindo níveis mais elevados do que 17 países da OCDE em 2010.

As receitas provenientes de impostos indiretos são relativamente altas no Brasil em comparação com as dos países da OCDE. No entanto, o sistema de IVA operado a nível estadual, é complexo, levando a uma competição tributária predatória entre os Estados resultando em altos custos para o cumprimento e administração das regras tributárias.

A potencial progressividade do sistema tributário é reduzida pela combinação entre a forte dependência com relação aos impostos indiretos, a baixa contribuição do imposto de renda da pessoa física em relação ao total de receitas fiscais e, o peso significativo de contribuições sociais, previdenciárias e trabalhistas.

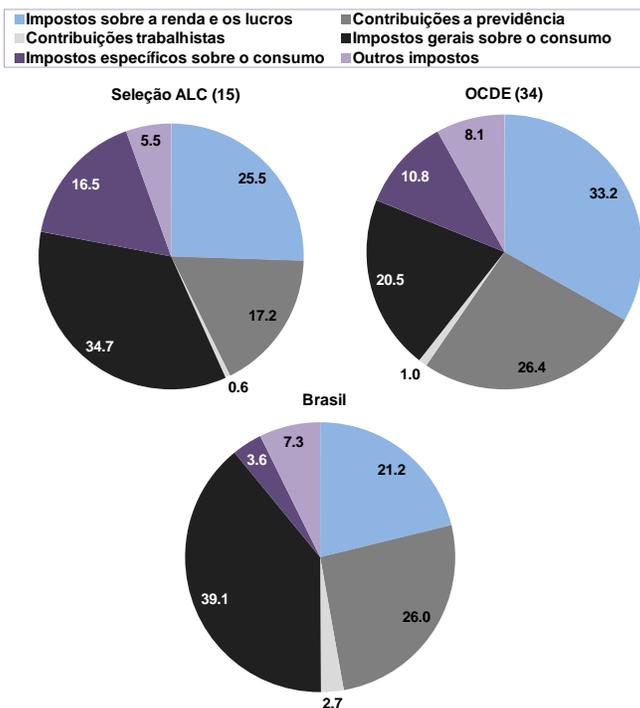
Total de receitas tributárias em proporção ao PIB no Brasil, América Latina e OCDE

(1990-2010)



Estruturas tributárias no Brasil, América Latina e OCDE

(2010)



Tendências em receitas tributárias

Além de uma acentuada diminuição em 1991 (5 pontos percentuais), as receitas tributárias em proporção ao produto interno bruto (PIB) aumentaram consideravelmente durante as últimas duas décadas no Brasil, atingindo níveis superiores aos observados em muitos países da OCDE. Em 2010, a proporção dos tributos em relação ao PIB foi maior do que em 17 países da OCDE, incluindo Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Espanha, Suíça e Estados Unidos.

Historicamente o Brasil tem sido o país da América Latina¹ com a maior proporção de tributos em relação ao PIB durante o período 1990-2009 (mas em segundo lugar depois da Argentina em 2010), mostrando percentuais semelhantes à média da OCDE, especialmente depois de 2004.

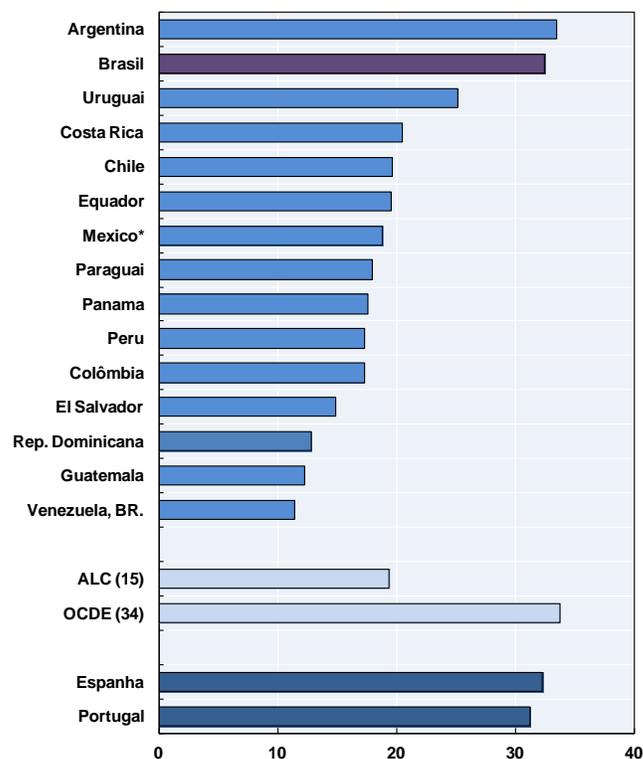
O aumento da proporção de tributos em relação ao PIB é uma tendência comum na região da LAC, em contraste com os percentuais relativamente estáveis observados nos países da OCDE, apesar de existirem grandes variações nacionais em ambas as áreas. Como resultado dessa tendência, a diferença entre as médias da OCDE e da LAC começaram a diminuir a partir de 2000.

Evolução da combinação tributária

Em termos de estrutura tributária (a parcela dos principais tributos em relação ao total da receita tributária), a percentagem de impostos indiretos e particularmente o IVA (ICMS) é relativamente alta no Brasil em comparação com os países da OCDE. A participação dos impostos indiretos se manteve praticamente estável entre 1990 e 2010, com um ligeiro aumento nas receitas de impostos específicos sobre o consumo (por exemplo, impostos especiais sobre o consumo e os impostos sobre o comércio internacional). Esta tendência de aumento dos impostos específicos sobre o consumo contrasta com o seu papel decrescente observado na região e nos países da OCDE. Além disso, as elevadas receitas provenientes da tributação indireta no Brasil estão ligadas a quatro

formas distintas de IVA, que são arrecadados em nível estadual, tornando o sistema complexo.

Total das receitas tributárias em percentagem do PIB (2010)



* Nos dados da CEPAL e do CIAT, taxas cobradas sobre a produção de hidrocarbonetos são tratadas como receitas não tributárias.

No que tange à tributação direta, as receitas tributárias de impostos sobre os rendimentos e lucros têm desempenhado um papel secundário como uma fonte de receita na América Latina, apesar da tendência de aumento observada durante o período de 1990-2010.² Tais impostos também aumentaram no Brasil, mas em ritmo mais lento do que a média na região, chegando em 2008 a um patamar de 23% (em comparação com 27% na região e 35% na OCDE).

¹ Representa um grupo selecionado de 15 países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Chile e México também fazem parte do grupo de 34 países da OCDE.

² Na maioria dos países da LAC, além de aumento de receitas de impostos de renda da pessoa jurídica e sobre exportações, o preço internacional de commodities e, em particular, as receitas provenientes dos recursos naturais (petróleo e minérios), também contribuem para o aumento da participação dos impostos diretos em relação ao total das receitas arrecadadas.

Especificamente as receitas de impostos sobre a renda da pessoa física são especialmente baixas (menos de 10% das receitas de impostos e de 4% do PIB em 2010). No entanto, em contraste com a maioria dos países da região, as contribuições para a previdência contribuem uma proporção significativa das receitas tributárias totais do Brasil nas últimas duas décadas, atingindo níveis próximos aos da OCDE. Em certa medida, isto é explicado pela grande variação nos regimes de previdência na América Latina. A previdência representa a maior parte das receitas em países que têm regimes públicos e mistos, como Brasil, Costa Rica, Equador, Panamá, Paraguai e Uruguai. Em contraste, os níveis relativamente baixos de receitas tributárias utilizadas para financiar a previdência em outros países, incluindo Chile, México e Peru, podem ser explicados principalmente pelos regimes de previdência privada.

Além disso, é observada uma tendência de crescimento da participação das contribuições sociais e trabalhistas no total da arrecadação tributária no Brasil entre 1990 e 2010, mostrando níveis superiores ao da média da região e entre os países da OCDE. Assim, em 2010, a proporção média do total de receitas geradas pelos impostos diretos, contribuições sociais/previdenciárias e trabalhistas em relação ao PIB foi de 16,2% no Brasil, em comparação com 20,8% nos países da OCDE e 8,5% na região.

Por outro lado, a proporção dos impostos sobre a propriedade com relação à receita total foi significativamente elevada no Brasil em comparação com a média da região, chegando a 8,6% em 2003, e chegando a níveis ainda mais elevados do que os dos países da OCDE na maioria dos anos, durante o período 1990-2010 (também em termos de PIB). A maioria dessas receitas corresponde a impostos sobre transações financeiras e de capital, que acarreta maior distorção do que os impostos recorrentes sobre bens imóveis. Enquanto a importância relativa dos impostos sobre a propriedade ainda era alta no Brasil em 2010, foi observada uma grande variação durante o período 1990-2010, refletindo principalmente flutuações de receitas de impostos sobre operações financeiras.

Finalmente, menos de 50% das receitas são atribuídas à Receita Federal do Brasil Administração Federal no Brasil, enquanto grande parte do IVA (ICMS) é cobrada em nível estadual. Isto contrasta com o resto da região, onde a atribuição de receitas tributárias é altamente concentrada nas administrações centrais ou federais, com atividades subnacionais que dependem fortemente de um sistema de transferência de níveis superiores para níveis inferiores da administração. Nos outros países da América Latina, as receitas dos governos centrais responderam por cerca de dois terços ou mais do total arrecadado, enquanto o valor correspondente para os países da OCDE foi de cerca de 60%.

Dados comparativos selecionados sobre receitas tributárias

	1990			2010		
	Brasil	ALC	OCDE	Brasil	ALC	OCDE
Tributos em relação ao PIB	28.2	13.9	33.0	32.4	19.4	33.8
Impostos sobre bens e serviços	13.5 (47.7)	7.1 (53.0)	10.4 (33.0)	14.2 (43.6)	9.9 (52.1)	11.0 (33.1)
- Impostos gerais (IIVA e imposto sobre vendas)	13.4 (47.4)	3.3 (21.6)	5.9 (18.1)	12.7 (39.1)	6.7 (34.7)	6.9 (20.5)
- Impostos específicos	n.a.	3.5 (29.9)	4.1 (13.2)	1.2 (3.6)	3.0 (16.5)	3.5 (10.8)
Impostos sobre rendimentos e lucros	5.1 (18.1)	3.2 (21.9)	12.5 (37.1)	6.9 (21.2)	4.8 (25.5)	11.3 (33.2)
Contribuições a previdência	6.8 (24.0)	2.5 (16.2)	7.6 (22)	8.4 (26.0)	3.6 (17.2)	9.1 (26.4)
Contribuições trabalhistas	0.4 (1.5)	0.1 (0.6)	0.3 (1.0)	0.9 (2.7)	0.1 (0.6)	0.4 (1.0)
Imposto de Propriedade	1.8 (6.5)	0.7 (4.5)	1.8 (5.7)	1.9 (5.7)	0.8 (3.5)	1.8 (5.4)

Os números em parênteses representam% das receitas tributárias

n.d.: dados não disponíveis



A segunda edição de ***Estatísticas sobre Receita na América Latina*** abrange os seguintes países:

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Colômbia
- Costa Rica
- República Dominicana
- Equador
- El Salvador
- Guatemala
- México
- Panamá
- Paraguai
- Peru
- Uruguai
- Venezuela

Estatísticas sobre Receita na América Latina é uma publicação conjunta do CIAT (Centro Interamericano de Administrações Tributárias), da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e da (OCDE) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Este relatório, elaborado com a mesma metodologia utilizada pela OCDE em ***Estatísticas sobre Receita***, fornece informações detalhadas sobre o desempenho fiscal de cada país, tanto da perspectiva estática quanto dinâmica (no tempo) e também permite a comparação com outros países da região e com os países da OCDE. Como resultado, esta publicação fornece às autoridades em política tributária da América Latina e do Caribe (ALC) com informações essenciais para a tomada de decisões sobre a política tributária, com relação ao **volume total da carga tributária, à participação dos diferentes tributos no conjunto de tributos, à determinação de alíquotas e progressividade de tributos, e à atribuição de tributos por nível de governo.**

Este trabalho é parte da ***Iniciativa Fiscal LAC*** da OCDE, que visa melhorar as políticas fiscais e sobre gastos públicos para apoiar um maior crescimento econômico e uma distribuição mais justa da renda na região da ALC.

Esta publicação foi financiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e da Fundação Internacional para a América Latina de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP).

Para mais informações sobre a publicação *Estatísticas sobre Receita na América Latina* e Iniciativa LAC Fiscal consulte o site www.latameconomy.org/en/fiscal-policy/revenue-statistics e www.oecd.org/tax/lacfiscal

Dados relativos a cada país estão disponíveis em:

www.oecd.org/ctp/globalrelationsintaxation/RevenueStatsCountryNotes2012.htm